Silva Caetano, agente principal da PSP n.º 134523, merecedor deste público louvor.

19 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Gabriel Martim dos Anjos Catarino.*

Louvor n.º 1162/2005. — Pela dedicação, empenho pessoal, sentido de bem-fazer e capacidade de organização é merecedora de um público louvor Maria José Santana Martins Ramalho, subchefe n.º 139782, do efectivo da Polícia de Segurança Pública.

19 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Gabriel Martim dos Anjos Catarino.*

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Despacho n.º 9685/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Abril de 2005 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

Victor Martins da Silva Rodrigues, técnico superior principal do quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros, em conformidade com o artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro — nomeado para o mesmo quadro na categoria de assessor principal, com efeitos a 28 de Dezembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2005. — O Presidente, *Manuel João Ribeiro.*

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9686/2005 (2.ª série). — Considerando que Portugal irá acolher a reunião ministerial extraordinária preparatória da Cimeira Ibero-Americana no final do 1.º semestre do corrente ano;

Tendo em conta a relevância político-diplomática desta reunião ministerial;

Atendendo a que o êxito da reunião ministerial e o envolvimento activo de Portugal na sua preparação constituem uma prova do empenho político do nosso país no aprofundar do relacionamento ibero-americano;

Considerando que tal envolvimento é inerente à prioridade que o Governo Português pretende atribuir à Cimeira Ibero-Americana que se realizará em Salamanca de 13 a 15 de Outubro de 2005:

Determino:

1 — Designar o embaixador Vasco Bramão Ramos para desempenhar as funções de coordenador das iniciativas de carácter político-diplomático e de organização e logística necessárias à realização de reunião ministerial e à participação na Cimeira Ibero-americana.

2 — No exercício dessas funções, o designado é equiparado a director-geral, excepto para efeitos remuneratórios.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

30 de Março de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Despacho n.º 9687/2005 (2.ª série). — Atendendo a que um dos objectivos estratégicos do Programa do Governo na área externa é o de promover uma participação mais activa de Portugal na cena internacional, nomeadamente no quadro multilateral;

Tendo em conta que o reforço da relação privilegiada com o espaço lusófono continua a assumir-se, no âmbito do Programa do XVII Governo Constitucional, como um dos vectores essenciais da política externa portuguesa, no âmbito da qual se afigura essencial a participação activa e empenhada de Portugal na dinamização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP);

Considerando que, desde 1996, tem sido necessário afectar um funcionário do quadro de pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em regime de dedicação exclusiva, ao tratamento das diversas vertentes política, cultural e económica desta Comunidade:

Determino:

1 — Designar o ministro plenipotenciário de 1.ª classe Rui Nogueira Lopes Aleixo para desempenhar as funções de responsável pelo acompanhamento dos assustos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no âmbito da Direcção-Geral da Política Externa.

2 — No exercício dessas funções, o designado é equiparado a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau, excepto para efeitos remuneratórios.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Abril de 2005.

18 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Despacho n.º 9688/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 7 do artigo 17.º e do n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, da alínea *a*) do artigo 22.º e do mapa anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 49/94, de 24 de Fevereiro, determino que o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Júlio José de Oliveira Carranca Vilela seja nomeado em regime de substituição director-adjunto do Departamento Geral de Administração, com efeitos a 20 de Abril, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções do ministro plenipotenciário de 2.ª classe Luís João de Sousa Lorvão, por ter sido nomeado director do Gabinete de Assuntos Económicos.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

20 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Curriculum vitae

Júlio José de Oliveira Carranca Vilela, nascido em 5 de Dezembro de 1962, no Lobito, Angola; casado, dois filhos; licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; pós-graduações em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, nas vertentes Jurídica e Económica; antigo advogado; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 11 de Setembro de 1986; adido de embaixada, na secretaria de Estado, em 30 de Junho de 1987; secretário de embaixada, em 19 de Abril de 1990; representante da Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, no grupo de trabalho de organização e logística, que preparou a Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias, em Março de 1991; chefe de divisão da Direcção de Serviços de Vistos e Contabilidade Consular, em 2 de Fevereiro de 1992; na embaixada em Caracas, em 26 de Maio de 1993; cônsul-geral em Barcelona, em 2 de Janeiro de 1998; primeiro secretário de embaixada, em 2 de Março de 1908; na secretaria de Estado, em 25 de Outubro de 2001; no âmbito dos concursos para acesso à categoria de conselheiro de embaixada, elaborados estudos subordinados aos temas «A evolução recente dos processos de integração regional na América Latina e Caraíbas» (1997) e «A evolução recente da integração económica ibérica» (2002); conselheiro de embaixada, em 18 de Abril de 2002; director de serviços dos Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração, em 19 de Abril de 2002. Integrou grupos de trabalho criados por despachos ministeriais, destinados a preparar a revisão da Lei Orgânica do MNE, a revisão do Estatuto da Carreira Diplomática e da avaliação de desempenho dos funcionários diplomáticos, a aplicação da reforma da Administração Pública no MNE, a revisão do Estatuto do Pessoal dos Serviços Externos e a revisão do sistema dos abonos de representação; representante do MNE nas reuniões informais dos directores de formação da EU; *training director* para o European Diplomatic Program (EDP), no âmbito do COADM. Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Despacho n.º 9689/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, do n.º 7 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, e do mapa anexo a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º Decreto-Lei n.º 50/94, de 24 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 405/98, de 21 de Dezembro, determino que o ministro plenipotenciário de 2.ª classe do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Luís João de Sousa Lorvão seja nomeado director do Gabinete de Assuntos Económicos, com efeitos a 20 de Abril, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções do ministro plenipotenciário de 1.ª classe António Augusto Montenegro Vieira Cardoso, por ter sido designado embaixador de Portugal em Dacar.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

20 de Abril de 2005. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

Curriculum vitae

Luís João de Sousa Lorvão nasceu em 3 de Agosto de 1953 em Alcobaça; licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra; licenciado em Ciências Políticas e Sociais pela Universidade Técnica de